



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO

FUNDADA EM 1561

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025





ÍNDICE

✓ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

- BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2024 E 2025
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2025

✓ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

1. IDENTIFICAÇÃO DE IDENTIDADE
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

- 3.1.1.** Continuidade
- 3.1.2.** Regime do acréscimo ou da periodização económica
- 3.1.3.** Consistência de apresentação
- 3.1.4.** Materialidade e agregação
- 3.1.5.** Compensação
- 3.1.6.** Informação Comparativa

3.2. — POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

- 3.2.1.** Activos fixos tangíveis
- 3.2.2.** Ativos Intangíveis
- 3.2.3.** Locações
- 3.2.4.** Inventários
- 3.2.5.** Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros
- 3.2.6.** *Cientes e Outros Ativos Correntes*
- 3.2.7.** *Caixa e Depósitos Bancários*
- 3.2.8.** *Fornecedores e Outros Passivos Correntes*
- 3.2.9.** Fundos Patrimoniais
- 3.2.10.** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- 3.2.11.** Benefícios dos empregados
- 3.2.12.** Subsídios e outros apoios de entidades públicas
- 3.2.13.** Fluxos de caixa
- 3.2.14.** Eventos subsequentes



3.3. — PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

3.4. — PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

4. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS
5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
6. ACTIVOS INTANGÍVEIS
7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS
8. INVENTÁRIOS
9. CRÉDITOS A RECEBER
10. DIFERIMENTOS
11. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS
12. FUNDOS PATRIMONIAIS
13. FORNECEDORES
14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS
15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES
16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS
17. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
18. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO
19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS
21. PERDAS POR IMPARIDADE
22. OUTROS RENDIMENTOS
23. OUTROS GASTOS
24. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO
25. RESULTADOS FINANCEIROS
26. MAPA DAS VALÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO
27. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS
28. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

ANEXOS

Parecer do Conselho Fiscal

Ata da Assembleia Geral



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de Dezembro de 2025

- 4 -

Unidade Monetária: Euro			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ACTIVO:			
Activo não Corrente:			
Activos fixos tangíveis	5	1.815.109,26	1.879.602,28
Bens do património histórico e cultural		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	7	499,40	499,40
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Outros Créditos e activos não correntes		-	-
		1.815.608,66	1.880.101,68
Activo Corrente:			
Inventários	8	4.522,28	5.614,71
Créditos a receber - Clientes e Utentes	9	52.394,10	54.055,66
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	10	3.088,25	1.191,79
Outros activos correntes	9	30.773,52	37.816,54
Caixa e depósitos bancários	11	6.890,23	10.487,37
		97.668,38	109.166,07
Total do Ativo		1.913.277,04	1.989.267,75
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	12.191,05	12.191,05
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	12	(620.338,86)	(456.599,75)
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12	1.074.212,36	1.105.322,95
Resultado líquido do período		(27.130,33)	(163.739,11)
Total dos Fundos Patrimoniais		438.934,22	497.175,14
Passivo			
Passivo não Corrente:			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	16	898.656,50	956.100,32
Outras dívidas a pagar		-	-
		898.656,50	956.100,32
Passivo Corrente:			
Fornecedores	13	106.057,12	106.982,41
Estado e outros entes públicos	14	9.036,61	80.432,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	16	168.914,35	97.948,15
Diferimentos			
Outros passivos correntes	15	291.678,24	250.629,17
		575.686,32	535.992,29
Total do Passivo		1.474.342,82	1.492.092,61
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1.913.277,04	1.989.267,75

O PROVEDOR:

O TESOUREIRO:

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OCC 80408



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

5

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31

Dezembro 2025

RUBRICAS	NOTAS	Unidade Monetária: Euro PERÍODOS	
		31-12-2025	31-12-2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	17	1.023.320,28	839.160,83
Subsídios, doações e legados à exploração	18	68.370,67	81.173,60
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(173.884,38)	(175.694,70)
Fornecimentos e serviços externos	19	(160.672,73)	(163.033,41)
Gastos com o pessoal	20	(712.272,44)	(699.944,41)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	22	74.570,77	125.253,20
Outros gastos	23	(19.925,15)	(26.329,85)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		99.507,02	(19.414,74)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(65.284,53)	(65.019,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34.222,49	(84.434,20)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	25	(61.352,82)	(79.304,91)
Resultado antes de impostos		(27.130,33)	(163.739,11)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(27.130,33)	(163.739,11)

O PROVIDOR:

J-S

O TESOUREIRO:

Carla Sofia Almeida

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OCC 80408

Carla Sofia Almeida



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

- 6 -

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2024

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUIDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE							
		Fundos	Exced. Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Exced. de revalorização	Outras Variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	12	12.191,05		(554.845,35)	-	1.136.433,54	98.245,60	692.024,84
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização de excedentes de revalorização									
Excedentes de revalorização									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12				98.245,60		(31.110,59)	(98.245,60)	(31.110,59)
	2	-	-	-	98.245,60	-	(31.110,59)	(98.245,60)	(31.110,59)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(163.739,11)	(163.739,11)
RESULTADO INTEGRAL	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	-261.984,71	(194.849,70)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Distribuidores									
Outras operações									
	5								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024		12	12.191,05	-	(456.599,75)	-	1.105.322,95	(163.739,11)	497.175,14
6 = 1+2+3+5									

O PROVEDOR:

JVS

O TESOUREIRO:

Guilherme Ramalho

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OCC 80408

Carla Sotelo



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

- 7 -

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2025

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	Notas	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUIDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE								
		Fundos	Exced. Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERIODO 2025	6	12	12.191,05	-	-	(456.599,75)	-	1.105.322,95	(163.739,11)	497.175,14
ALTERAÇÕES NO PERIODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização de excedentes de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-	-	-	(163.739,11)		(31.110,59)	163.739,11	(31.110,59)
	7	12				(163.739,11)	-	(31.110,59)	163.739,11	(31.110,59)
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	8		-	-	-	-	-		(27.130,33)	(27.130,33)
									136.608,78	(58.240,92)
RESULTADO INTEGRAL	9 = 7+8									
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERIODO										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições										
Outras operações										
	10									
POSIÇÃO NO FIM DO PERIODO 2025										
11= 6+7+8+10		12	12.191,05			(620.338,86)	-	1.074.212,36	(27.130,33)	438.934,22

O PROVIDOR:

O TESOUREIRO:

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OCC 80408



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Unidade Monetária: Euro

- 8 -

RUBRICAS	2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	1.187.290,81	1.000.919,41
Pagamentos a fornecedores	-367.899,72	-289.361,93
Pagamentos ao pessoal	-496.069,68	-463.367,67
Caixa gerada pelas operações	323.321,41	248.189,81
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Recebimento de Quotas	284,00	216,00
Recebimento Reembolso IVA	0,00	0,00
Pagamentos ao Estado	-315.786,04	-152.829,59
Recebimento Subsídios JFT, CMAS e IGFSS	47.956,38	54.709,13
Outros recebimentos/pagamentos	17.818,25	-6.446,02
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	73.594,00	143.839,33
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-1.880,06	-2.498,62
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis - Rendas	3.058,68	3.058,68
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	1.178,62	560,06
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	567.342,11	554.000,00
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações	5.000,00	2.000,00
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-586.443,82	-614.101,25
Juros e gastos similares	-64.268,05	-80.487,41
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-78.369,76	-138.588,66
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-3.597,14	5.810,73
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.487,37	4.676,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.890,23	10.487,37

O PROVEDOR:

J-VS

O TESOUREIRO:

Cecilia Almeida

A CONTABILISTA CERTIFICADA

MEMBRO OCC 80408

Leila Sofia Silva



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1 — IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO, abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia do Torrão, fundada no ano de mil quinhentos e sessenta e um, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos (IPSS), desde 1983.

Constituída sob a forma de Irmandade, está registada na DGSS em 26-07-1983 no livro das Irmandades, na fls 135 e verso, sob o n.º 48/83, com o NIPC 501 185 631, NISS 20007593811 e tem cadastrado o CAE principal n.º 88101 e secundário 87301, tem sede na Rua do Poço Mau n.º 4 em Torrão.

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO tem como missão a prestação de cuidados individualizados e personalizados em meio domiciliário ou institucional a indivíduos e famílias que, por motivo de doença, idade, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ ou as actividades da vida diária.

A natureza da actividade da Misericórdia é apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, nas respostas de:

- Serviço de apoio domiciliário, com acordo atípico para 35 utentes.
- Estrutura residencial para pessoas idosas, com acordo típico para 32 utentes e 9 vagas extra acordo.
- Centro de dia, esta resposta esteve encerrada durante o ano de 2025, por falta de utentes.



2 — REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras no ano de 2025 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Misericórdia e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de Março, e publicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- ☒ Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- ☒ Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- ☒ Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- ☒ NCRF – ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho; e
- ☒ Normas Interpretativas (NI) – Aviso n.º 8258, de 29 de Julho.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Misericórdia.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2024.

3 — PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das *Demonstrações Financeiras* foram as seguintes:

3.1. — BASES DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as *Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras* (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.



Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo ou da periodização económica

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão e erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste “Anexo”.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grande número de transacções ou acontecimentos que são agregados em rubricas de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do “Balanço”, na “Demonstração de Resultados”, na “Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais” e na “Demonstração de Fluxos de Caixa” ou no “Anexo”.



3.1.5. Compensação

Devido à importância dos “Ativos” e “Passivos” em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas “Demonstrações Financeiras”, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. — POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. Activos fixos tangíveis

Os “activos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos *ativos* e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmo que a Instituição espera vir a incorrer.

Os “ativos” que foram atribuídos à Instituição a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com a manutenção e reparação destes activos são reconhecidas como gasto no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.



As depreciações são calculadas, pelo método da linha recta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, sendo aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Anos de Vida Útil
Terrenos e recursos naturais	Não Aplicável
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e Utensílios	3-7
Equipamento Administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Instituição revê anualmente a vida útil de cada *ativo*, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de *ativos "fixos tangíveis"* são determinadas pela diferença entre o valor da realização e a quantia escriturada que estiver reconhecida na data de alienação do *ativo*, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "*Outros rendimento e ganhos*" ou "*Outros gastos e perdas*", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

3.2.2. Ativos Intangíveis

À semelhança dos "*ativos fixos tangíveis*", na existência de "*ativos intangíveis*" estes encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Sendo as amortizações a calcular, pelo método da linha recta (quotas constantes), aplicadas anualmente em regime de duodécimos a partir da data da entrada em funcionamento, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem, durante a vida útil estimada. Não se considera qualquer valor residual para estes bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada conforme se encontra descrito no quadro abaixo:

Descrição	Anos de Vida Útil
Programas de computador	3
Outros ativos intangíveis	Variável



3.2.3. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os “ativos tangíveis” adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo. Por outro lado, as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato são reconhecidas no passivo pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

3.2.4. Inventários

Os “inventários” encontram-se valorizados a custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, e a custos de conversão. Sempre que o valor de custo é superior ao valor de realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Instituição adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out) nas matérias-primas, respeitando assim os prazos de validade.

3.2.5. Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Misericórdia estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.6. Clientes e Outros Ativos Correntes

As contas de “clientes e outras contas a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), para assim refletir o valor realizável líquido.



As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de uma forma quantificável, através de informação recolhida, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Estas rubricas são apresentadas no balanço como “*ativo corrente*”, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de “*balanço*”, são exibidas como activos não correntes.

3.2.7. Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica inclui os valores em *caixa e depósitos bancários* de curto prazo, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.2.8. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “*fornecedores*” e “*outras contas a pagar*” são reconhecidas pelo seu valor nominal.

3.2.9. Fundos Patrimoniais

A rubrica de *fundos* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “*fundos patrimoniais*” são compostos por: fundos atribuídos pelos fundadores ou terceiros, fundos acumulados e outros excedentes, subsídios, doações e legados.

3.2.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As “*provisões*” são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As “*provisões*” são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



Os “passivos contingentes” não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no “anexo”, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Os “ativos contingentes” são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade. Se for provável que permita actividades presentes e futuras, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de férias e natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela mesa administrativa. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2.12. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os “subsídios e outros apoios de entidades públicas” são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração dos resultados na parte proporcional dos gastos suportados, independentemente do momento de recebimento do subsídio.



Os “subsídios ao investimento” não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no fundo patrimonial e reconhecidos na demonstração dos resultados, proporcionalmente na mesma proporção das depreciações/amortizações do exercício dos ativos subsidiados.

Os “subsídios” do governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.13. Fluxos de caixa

A “demonstração dos fluxos de caixa” é preparada através do método directo. A entidade classifica na rubrica “Caixa” e seus equivalente os montantes de “caixa e depósitos à ordem”.

A “demonstração dos fluxos de caixa” encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de activos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do balanço são reflectidos nas “demonstrações financeiras”. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgadas no “Anexo”.

3.3. — PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As “demonstrações financeiras” anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade não tendo a Misericórdia intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.



3.4. — PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras reflectem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4 — POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 — ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro.

Descrição	Saldo em 01-01-2025	Aumentos	Reduções	Abates	Saldo em 31-12-2025
Valor Bruto					
Edifícios e Outras Construções	2.853.303,95				2.853.303,95
Equipamento Básico	287.321,05				287.321,05
Equipamento de Transporte	88.679,36				88.679,36
Equipamento Administrativo	20.311,01	791,51			21.102,52
Outros Ativos Fixos Tangíveis	9.174,88				9.174,88
Total (A)	3.258.790,25	791,51	-	-	3.259.581,76
Depreciações					
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	1.379.187,97	65.284,53		-	1.444.472,50
Total (B)	1.379.187,97	65.284,53		-	1.444.472,50
Quantia Escriturada (A-B)	1.879.602,28	-	-	-	1.815.109,26



6 — ACTIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-01-2025	Aquisições/Dotações	Saldo em 31-12-2025
Custo			
Programas de Computador	11.601,24		11.601,24
Total (A)	11.601,24	-	11.601,24
Amortizações Acumuladas			
Depreciação do Período			
Amortização Acumulada de Períodos Anteriores	11.601,24		11.601,24
Total (B)	11.601,24	-	11.601,24
Quantia Escriturada (A-B)	0,00	-	0,00

7 — INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Outros Investimentos Financeiros” apresentava os seguintes valores.

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Outros Investimentos financeiros	499,40	499,40

8 — INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-01-2024	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-12-2024	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-12-2025
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	9.776,67	171.532,74	0,00	5.614,71	172.791,95	0,00	4.522,28
Total	9.776,67	171.532,74	0,00	5.614,71	172.791,95	0,00	4.522,28
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas				175.694,70			173.884,38



9 — CRÉDITOS A RECEBER

- 20 -

Utentes

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontrava-se desagregada conforme quadro abaixo.

Descrição	2025	2024
Utentes conta corrente		
Centro de Dia	0,00	32,00
Serviço de Apoio Domiciliário	472,10	132,00
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	51.922,00	53.891,66
Utentes Cobrança Duvidosa - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	0,00	21.086,78
Utentes perdas por imparidade - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	0,00	(21.086,78)
Total	52.394,10	54.055,66

Outros Activos Correntes

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de ativos correntes apresentava os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Adiantamentos a Pessoal	225,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	162,25	207,25
Devedores por acréscimo de rendimentos	23.334,33	33.864,75
Outros Devedores (Despesas em Nome de Utentes)	6.981,44	3.744,54
Outros Devedores	70,50	0,00
Total	30.773,52	37.816,54

10 — DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os saldos seguintes.

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Outros Custos Diferidos - Seguros		
Viaturas	200,55	762,12
Acidentes de Trabalho	0,00	119,82
Estabelecimento	2.008,70	309,85
Outros Seguros	879,00	0,00
Total	3.088,25	1.191,79



11 — CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025, ficou com os saldos seguintes:

Quantia Escriturada e Movimentos do Período				
Rubrica	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	744,16	9.180,71	9.465,13	459,74
Depósitos à ordem	9.743,21	2.475.944,62	2.479.257,34	6.430,49
Saldo Final	10.487,37	2.485.125,33	2.488.722,47	6.890,23

12 — FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante os anos de 2025 e 2024.

Descrição	Saldo 01-01-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2025
Fundos	12.191,05	-	-	12.191,05
Resultados Transitados	(456.599,75)	(163.739,11)	-	(620.338,86)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais				
Subsídios ao investimento e Doações	1.105.322,95	-	31.110,59	1.074.212,36
Total	660.914,25	(163.739,11)	31.110,59	466.064,55

Descrição	Saldo 01-01-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2024
Fundos	12.191,05	-	-	12.191,05
Resultados Transitados	(554.845,35)	98.245,60	-	(456.599,75)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais				
Subsídios ao investimento e Doações	1.136.433,54	-	31.110,59	1.105.322,95
Total	692.024,84	98.245,60	31.110,59	660.914,25

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Resultado Líquido do Período	(27.130,33)	(163.739,11)

Nos períodos de 2025 e 2024, as variações nos fundos patrimoniais, rubrica “subsídios” foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subsidio Obras - PIDDAC	13.714,78	13.714,78
Subsidio Obras – Outros	11.808,81	11.808,81
Subsidio Obras – CMAS	5.288,00	5.288,00
Subsidio Obras – JFT	299,00	299,00
Subsidio Equipamento Lar - PRODER	0,00	0,00
Subsidio Equipamento Lar - CMAS	0,00	0,00
Total	31.110,59	31.110,59



13 — FORNECEDORES

O saldo da rubrica de “Fornecedores” apresenta os seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Fornecedores C/C	106.057,12	106.982,14
Total	106.057,12	106.982,14

14 — ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Estado e Outros Entes Públicos		
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	1.591,00	3.122,50
Contribuições para a segurança social	7.445,61	77.310,06
Total	9.036,61	80.432,56

15 — OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

A rubrica “Outros Passivos Correntes” divide-se conforme quadro seguinte:

Descrição	2025	2024
Passivo Não Corrente	0,00	1.088,55
Fornecedores de Investimento	0,00	1.088,55
Passivo Corrente		
Credores por Acréscimo de Gastos	104.882,40	103.626,47
Remunerações a Liquidar (Estimativa)	103.074,06	98.199,08
Outras Despesas a Liquidar	1.808,34	5.427,39
Outros Credores	186.795,84	145.914,15
Pessoal	34.052,80	37.964,27
Utentes (Gestão Cofre)	33.626,92	38.947,47
Fornecedores Despesas em Nome Utentes	52.258,92	42.512,40
Penhoras de Vencimento	6.515,09	6.490,01
Outros Credores	60.342,11	20.000,00
Total	291.678,24	250.629,17

A rubrica “Pessoal” integra valores a liquidar de subsídios de natal, subsídio de férias e créditos salariais.

A rubrica “Outros Credores – Utentes”, refere-se à verba de conta corrente detida pelos utentes, e que está apenas à guarda da SCMT, fiel depositária daquele montante.



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

A rubrica "Outro Credores" integra um valor em dívida ao Provedor da Misericórdia, que efectuou alguns pagamentos em nome da Misericórdia para que esta honrasse os compromissos junto dos seus colaboradores e de Instituições bancárias.

Nos últimos anos a Misericórdia tem apresentado muitas dificuldades financeiras e a não serem superadas, põem em causa o seu funcionamento e sustentabilidade.

23

16 — FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade apresenta os seguintes valores relativos a "Financiamentos Obtidos".

Descrição	31-12-2025		31-12-2024	
	Valor Corrente	Valor Não Corrente	Valor Corrente	Valor Não Corrente
Empréstimos Bancários		70.833,33	-	108.928,53
Locações Financeiras	-	777.823,17	-	797.171,79
Contas Caucionadas	22.000,000	50.000,00	24.000,00	50.000,00
Outros Financiadores (ISS)	146.914,35	-	73.948,15	-
Total	168.914,35	898.656,50	97.948,15	956.100,32

17 — VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Prestação de Serviços".

Descrição	2025	2024
Prestação de Serviços	1.023.320,28	839.160,83
Quotas de Utilizadores		
Comparticipação Utentes	431.456,84	380.554,58
Centro de Dia	0,00	23.655,61
Serviço de Apoio Domiciliário	53.851,79	28.568,64
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	377.605,05	328.330,33
Comparticipação Instituto de Segurança Social	589.094,04	457.517,17
Acordos de Cooperação	396.746,87	362.630,98
Centro de Dia	0,00	17.845,60
Serviço de Apoio Domiciliário	143.005,88	122.672,10
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	253.740,99	222.113,28
Vagas Extra Acordo	134.826,52	81.275,40
Vagas Reservadas	57.520,65	13.610,79
Quotizações e Jóias	284,00	216,00
Serviços Secundários	2.485,40	873,08



18 — SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Os “subsídios à exploração” são reconhecidos na demonstração de resultados. Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração:

Descrição	2025	2024
Subsídios IEFP	12.956,38	9.006,63
Subsídio Autarquia	35.000,00	45.702,50
Junta de Freguesia do Torrão	5.000,00	5.702,50
Câmara Municipal de Alcácer do Sal	30.000,00	40.000,00
Doações e Heranças	20.414,29	26.464,47
Em Dinheiro	20.414,29	26.464,47
Em Espécie	0,00	0,00
Total	68.370,67	81.173,60

19 — FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2025 e 2024 foi a seguinte:

Rubricas dos Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS:	48.431,68	44.088,98
Trabalhos Especializados	22.157,80	21.437,01
Publicidade e Propaganda	0,00	492,00
Vigilância e Segurança	1.344,66	1.827,18
Honorários	11.159,43	8.988,55
Conservação e Reparação	13.769,79	11.344,24
MATERIAIS:	18.030,59	12.121,59
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	10.487,23	7.332,24
Material de Escritório	4174,61	2.998,00
Artigos para Oferta	180,79	0,00
Material Didático e Lúdico	317,72	306,54
Outros Materiais	2.870,24	1.484,81
ENERGIA E FLUIDOS:	58.462,23	71.117,89
Eletricidade	25.541,72	40.666,13
Combustíveis	27.177,86	24.516,61
Água	5.742,65	5.935,15
DESLOCAÇÕES E ESTADAS:	634,35	362,90
Refeições	381,75	305,75
Portagens	235,20	54,15
Estacionamentos	17,40	3,00
Táxi	0,00	0,00
SERVIÇOS DIVERSOS:	31.005,53	30.751,44
Rendas e Alugueres	3.413,25	3.536,21
Comunicações	3.464,45	3.683,65



Santa Casa da Misericórdia do Torrão

Instituição Particular de Solidariedade Social

25

Seguros	2.477,96	4.342,07
Contencioso e Notariado	15,00	15,00
Limpeza, Higiene e Limpeza	20.369,87	18.665,51
Outros Serviços	1.265,00	509,00
ENCARGOS COM UTENTES	4.108,35	4.590,61
Total	160.672,73	163.033,41

20 — BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

• Órgãos Sociais:

O número de membros dos Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia do Torrão, no período de 2025 são 11 membros todos em regime de voluntariado, não auferindo qualquer remuneração, distribuídos da seguinte forma:

- Mesa da Assembleia Geral: 3 membros
- Conselho Fiscal: 3 membros
- Mesa Administrativa: 5 membros

• Colaboradores:

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição no período de 2025 foi de 43, dois colaboradores foram integrados na Instituição através de um estágio profissional (e ambos terminaram no primeiro semestre de 2025).

Os gastos com o pessoal, em 2025 e 2024 foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	2025	2024
Remunerações do Pessoal	576.014,84	564.103,32
Indemnizações	0,00	1.798,16
Encargos sobre Remunerações	127.983,72	125.690,00
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	6.783,72	6.903,67
Outros Gastos	1.490,16	1.449,26
Total	712.272,44	699.944,41



21 — PERDAS POR IMPARIDADE

No período de 2025, não foi registado “Perdas por imparidade”.

22 — OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos suplementares	31.606,61	24.174,60
Desconto de pronto pagamento obtidos	1.993,87	4.044,86
Rendimentos/Ganhos em Investimentos Não Financeiros - Sinistros	0,00	382,90
Rendimentos/Ganhos em Investimentos Não Financeiros - Renda Consultório	3.058,68	3.058,68
Correcções positivas de participações do ISS	3.436,18	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	62.460,73
Imputação subsídios ao investimento	31.110,59	31.110,59
Benefícios e penalidades contratuais	3.344,00	0,00
Outros não especificados	20,84	20,84
Total	74.570,77	125.253,20

23 — OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos Directos (IMI)	4.967,77	4.967,77
Impostos Indirectos (Imposto de Selo)	0,00	63,69
Taxas	277,38	216,98
Dívidas Incobráveis	4.669,24	3.032,23
Correcções negativas a períodos anteriores	5.957,12	16.113,68
Correcções negativas de participações do ISS	0,00	0,00
Quotizações	480,00	480,00
Outros Gastos	3.573,64	1.455,50
TOTAL	19.925,15	26.329,85



24 — GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os gastos com depreciações e amortizações apresentam-se como se segue:

Descrição	2025	2024
Ativos Fixos Tangíveis	65.284,53	65.019,46
Edifícios e Outras Construções	62.877,39	62.877,39
Equipamento Básico	1.885,90	1.884,64
Equipamento Administrativo	521,24	257,43

25 — RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com juros e similares.

Descrição	2025	2024
Gastos e perdas de financiamento	61.352,82	79.304,91
Juros suportados	57.901,35	74.979,84
Outros gastos e perdas de financiamento	3.451,47	4.325,07

26 — MAPA DAS VALÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO

Os resultados das três das respostas da Instituição apresentam-se no quadro abaixo.

RUBRICAS	ANO 2025	SAD	ERPI
Prestação de serviços	1.023.320,28	197.772,81	825.547,47
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	68.370,67	16.602,13	51.768,54
Outros Rendimentos e Ganhos	74.570,77	7.892,16	66.678,61
Total dos Rendimentos	1.166.261,72	222.267,10	943.994,62
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	173.884,38	32.158,85	141.725,53
Fornecimentos e Serviços Externos	160.672,73	27.857,25	132.815,48
Gastos com o Pessoal	712.272,44	194.162,82	518.109,62
Gastos de Depreciação e de Amortização	65.284,53	13.103,06	52.181,47
Outros gastos e perdas	19.925,15	7.742,88	12.182,27
Total dos Gastos	1.132.039,23	275.024,86	857.014,37
Resultado Operacional	34.222,49	(52.757,76)	86.980,25
Gastos de Financiamento	61.352,82	10.225,46	51.127,36
Resultado Líquido	(27.130,33)	(62.983,22)	35.852,89



27— DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro. Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Mesa Administrativa informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

28 — ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente “Anexo”, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Relativamente aos restantes números do “Anexo às Demonstrações Financeiras”, nada há a declarar ou a comentar.

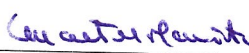
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 14 de Maio de 2026.

Torrão, 14 de Maio de 2026

O PROVIDOR:


(João Gonçalves Ferreira de Barahona Nuncio)

O TESOUREIRO:

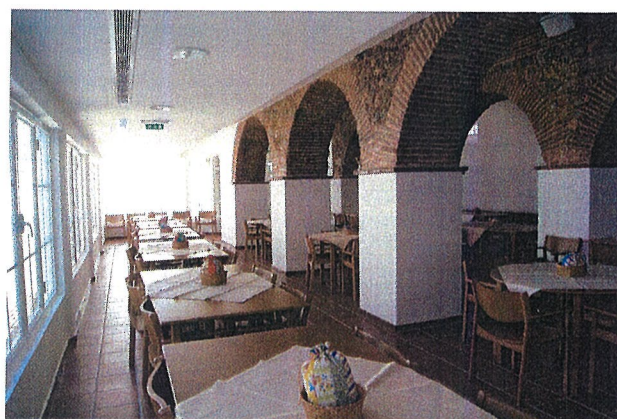

(Gualter Manuel Marques Marranita)

A CONTABILISTA CERTIFICADA


(Carla Sofia da Silva)
MEMBRO OCC 80408



ANEXOS





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO TORRÃO

Instituição Particular de Solidariedade Social

Contribuinte Fiscal: 501 185 631

Irmãos,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia do Torrão vem submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da sua acção fiscalizadora, bem como, o parecer emitido sobre o Relatório e Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025.

RELATÓRIO

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Santa Casa quer através da informação contabilística, quer das reuniões que manteve com a Mesa Administrativa. E desta, recebeu com oportunidade as provas e os esclarecimentos solicitados.

A informação contabilística foi objecto de verificações e análises com a profundidade e a extensão necessárias, visando a observância das disposições legais e estatutárias e a conformidade dos livros e registos contabilísticos com os correspondentes documentos de suporte.

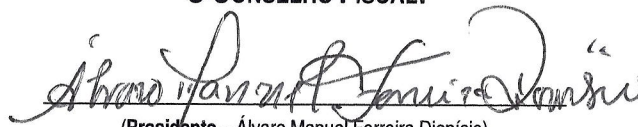
Verificámos a exactidão do Balanço e da Demonstração de Resultados.

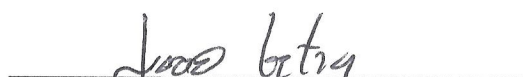
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Que sejam aprovados o Relatório e Contas apresentadas pela Mesa Administrativa, bem como, a proposta de aplicação de resultados.

Torrão, 14 de Maio de 2026

O CONSELHO FISCAL:


(Presidente – Álvaro Manuel Ferreira Dionísio)


(1º Secretário – João José Reguengos Letras)


(2º Secretário – José dos Santos Matias)

Acta 70

Ao décimo quarto dia do mês de Maio do ano de dois mil e um e seis, pelas dezasseis horas, meia hora depois da hora marcada, reuniu na Sede Sita na Rua do Poço Mau, número dois em Torreão, Cancellho de Alcácer do Sal a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Torreão.

Esta Assembleia foi convocada por meio de edital afixado na Sede da Santa Casa da Misericórdia e locais de acesso público na Freguesia do Torreão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Leitura e votação da ata da Sessão anterior;

Ponto dois - Apreciação, discussão e aprovação do Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2025 e do Parecer do Conselho Fiscal;

Ponto três - Qualquer outro assunto de interesse para a Instituição.

Constituída a Mesa da Assembleia Geral deu-se início à Sessão com leitura da acta da Sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade, foi dada a palavra a Técnica pela Área Social da Instituição que iniciou a apresentação do Relatório de Actividades.

De seguida foi dada a palavra à Técnica Oficial de Contas que iniciou a apresentação do Relatório de Contas referente ao ano de 2025.

Depois de feito a apresentação do Relatório de contas e após algumas Considerações

Sobre a actividade da Santa Casa, o Senhor Presidente da Assembleia, propôs a votação do referido documento apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade, dando a seguinte aplicação ao resultado líquido negativo do Exercício de 2025, no valor de 27.130,33 € (vinte e sete mil, cento e trinta euros e trinta e três cêntimos), permanência na Conta de resultados transitados.

Em seguida e de acordo com o ponto três, foram discutidos alguns assuntos de interesse relativamente ao funcionamento da Instituição.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Sessão e lavrada a presente acta pelos presentes da Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Mesa Administrativa.

Assembleia Geral

Presidente Assembleia Geral - Hermenegildo José Martins

1.º Secretário Assembleia Geral - JCH

2.º Secretário Assembleia Geral - JCH

Conselho Fiscal

Presidente do Conselho Fiscal - Álvaro Manuel Teixeira Duarte

1.º Secretário do Conselho Fiscal - João Pedro

2.º Secretário do Conselho Fiscal - J. Carlos

Mesa Administrativa

Provedor - J. Carlos

Vice Provedor - António José T. Fagundes

Tesoureiro - António Mendes

Secrário - J. Carlos

Vogal - J. Carlos

Torreão, 14 de Maio de 2026

O Presidente da Assembleia Geral

Hermenegildo José Martins

